

Anuários Estatísticos Regionais

2017

Anuários Estatísticos Regionais – Informação estatística à escala regional e municipal

O INE publica os Anuários Estatísticos Regionais, disponibilizando um conjunto vasto de informação estatística à escala regional e municipal, de apoio à leitura de trajetórias de desenvolvimento e ao estudo de problemáticas de base territorial.

Dos temas alvo de análise em 2017 salienta-se:

- **Na População**, num contexto de ligeiro abrandamento da diminuição da população residente no país, verificou-se um aumento dos municípios com crescimento populacional (41 em 2016 e 46 em 2017), salientando-se a interrupção de tendência negativa no município do Porto (+0,22%) e a consolidação do crescimento em Lisboa (+0,22%) iniciada em 2016, em ambos os casos por via da componente migratória.
- **No Comércio internacional**, tendo com referência a sede do operador, 19 das 25 NUTS III do país apresentaram taxas de cobertura acima dos 100%, evidenciando-se um contínuo com valores mais elevados no Norte – Tâmega e Sousa, Ave e Cávado – e no Alentejo – Baixo Alentejo, Alentejo Litoral e Alentejo Central – representando cerca de 19% do valor das exportações nacionais.
- **Na Construção e habitação**, verificaram-se preços de vendas de alojamentos acima do valor do país nas sub-regiões Algarve, Área Metropolitana de Lisboa e Região Autónoma da Madeira; estas NUTS III e a Área Metropolitana do Porto, registaram também valores de novos contratos de arrendamento superiores ao valor nacional.
- **Na Administração regional e local**, em 89 dos 308 municípios, a receita própria representou mais de 50% da receita total das operações não financeiras, destacando com valores mais elevados os municípios de Lisboa e Albufeira.

A título ilustrativo, apresenta-se um quadro do subcapítulo *População*

INDICADORES DE POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO, 2017

POPULATION INDICATORS BY MUNICIPALITY, 2017

II.1.1	Densidade populacional	Taxa de crescimento efetivo	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade	Taxa bruta de nupcialidade	Taxa bruta de divórcio	Taxa de fecundidade geral	Índice sintético de fecundidade	Taxa de fecundidade na adolescência	Nados-vivos fora do casamento	Proporção de casamentos entre portugueses/as e estrangeiros/as
	N.º/km²	%	%	%	%	%	%	%	%	N.º	%	%	%
Portugal	111,6	- 0,18	- 0,23	0,05	8,4	10,7	3,3	2,1	37,2	1,37	8,0	54,9	14,0
Continente	109,9	- 0,17	- 0,23	0,06	8,4	10,7	3,2	2,1	37,4	1,38	7,8	55,2	14,2
Norte	168,0	- 0,23	- 0,19	- 0,05	7,7	9,6	3,4	2,2	33,2	1,24	5,2	46,3	8,5
Alto Minho	104,6	- 0,70	- 0,64	- 0,06	6,2	12,7	3,3	1,8	29,0	1,07	3,9	44,6	6,8
Arco de Valdevez	47,2	- 0,85	- 1,01	0,16	4,6	14,7	3,1	1,0	25,0	x	x	44,9	10,8
Caminha	116,4	- 0,46	- 0,65	0,18	5,4	11,9	4,0	1,8	25,3	x	x	51,2	4,8
Melgaço	34,6	- 1,80	- 2,10	0,30	3,1	24,1	1,4	1,2	18,1	x	x	46,2	8,3
...													

	No./km²	%			‰					No.	‰	%	
	Population density	Crude rate of increase	Crude rate of natural increase	Crude migratory rate	Crude birth rate	Crude death rate	Crude marriage rate	Crude divorce rate	General fertility rate	Total fertility rate	Teenage fertility rate	Live births outside marriage	Proportion of marriages between Portuguese and foreigners

© INE, I.P., Portugal, 2018. Informação disponível até 15 de novembro de 2018. Information available till 15th November, 2018.

Fonte: INE, I.P., Indicadores Demográficos e Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.
Source: Statistics Portugal, Demographic Indicators and Annual Provisional Estimates of Resident Population.

Apresenta-se em seguida uma breve análise de alguma da informação disponibilizada nos seguintes subcapítulos: Território, População, Comércio Internacional, Construção e Habitação e Administração Regional e Local.

TERRITÓRIO

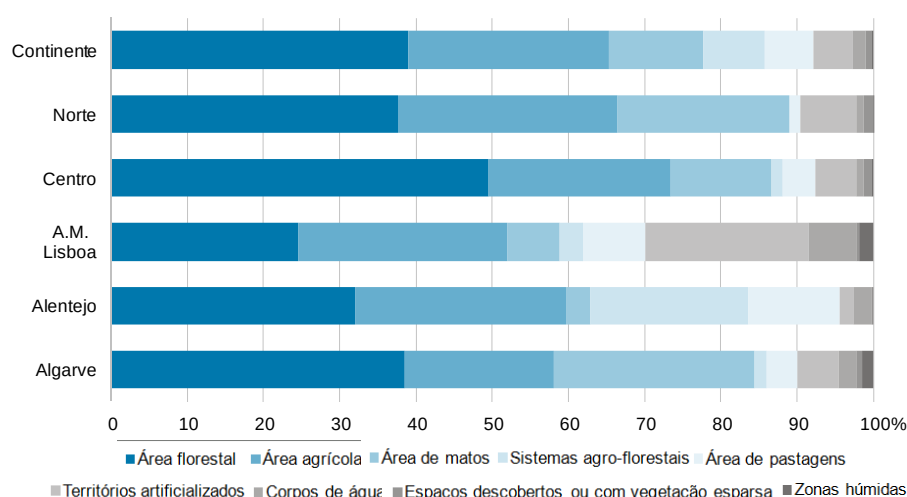
Em 2015, cerca de 39,0% da superfície do Continente correspondia a área florestal, 26,3% a área agrícola e 12,4% a área de matos. Ainda com uma proporção de superfície superior a 5% destacavam-se, no Continente, os sistemas agroflorestais (8,0%), a área de pastagens (6,5%) e os territórios artificializados (5,1%), sendo que as restantes três classes de uso e ocupação do solo representavam em conjunto cerca de 2,7% da superfície.

Ao nível regional, a região Centro apresentou a maior proporção de área florestal (49,5%) e a região Norte a maior extensão de área agrícola (28,7%), salientando-se que a presença desta classe na região do Alentejo era também significativa (27,7%).

A região do Alentejo apresentou também a maior proporção de sistemas agroflorestais (20,6%) e área de pastagens (12,1%), enquanto o Algarve assinalou a maior extensão de área de matos (26,3%).

A Área Metropolitana de Lisboa destacou-se pela maior proporção de área de territórios artificializados (21,4%).

Figura 1: Distribuição da superfície das unidades territoriais por classes de uso e ocupação do solo, Continente e NUTS II, 2015

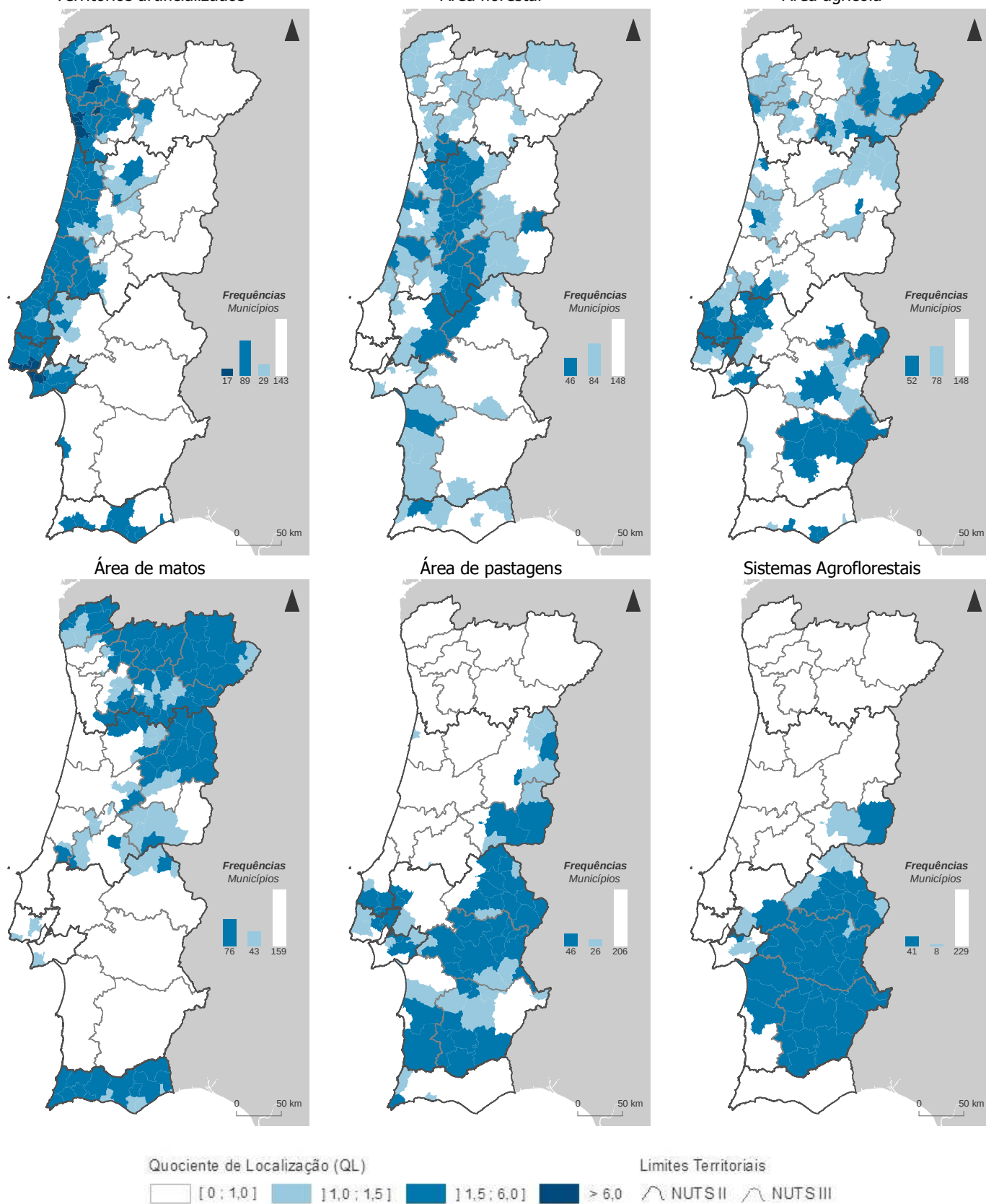


Fonte: INE/DGT, Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo.

Os Quocientes de localização (QL) da Figura 2 correspondem ao rácio entre a proporção de cada classe de uso e ocupação do solo nos municípios e a respetiva proporção no Continente. Assim, QL superiores a 1 indicam uma sobrerrepresentação da classe relativamente ao contexto territorial de referência.

Nesta linha, verifica-se maior expressão dos territórios artificializados num conjunto de municípios mais próximos do litoral, a norte do Alentejo e no Algarve, bem como o município de Sines, salientando-se um conjunto de municípios das áreas metropolitanas e Braga, Paços de Ferreira e Entroncamento, onde a proporção de territórios artificializados era seis vezes superior à registada no Continente. A área florestal assumia maior expressão em municípios do território central da região Centro, estendendo-se num contínuo territorial, a municípios da região Norte – Arouca, Vale de Cambra, Castelo de Paiva – e a sul, a municípios da Lezíria do Tejo e Alto-Alentejo. As áreas de matos assumiam maior expressão em municípios do Nordeste do Continente e Algarve e os sistemas agroflorestais em municípios do Alentejo, mas também em Alcochete e Idanha-a-Nova.

Figura 2: Quocientes de localização de Classes de uso e ocupação do solo, por município, 2015
Territórios artificializados Área florestal Área agrícola



Fonte: INE/DGT, Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo.

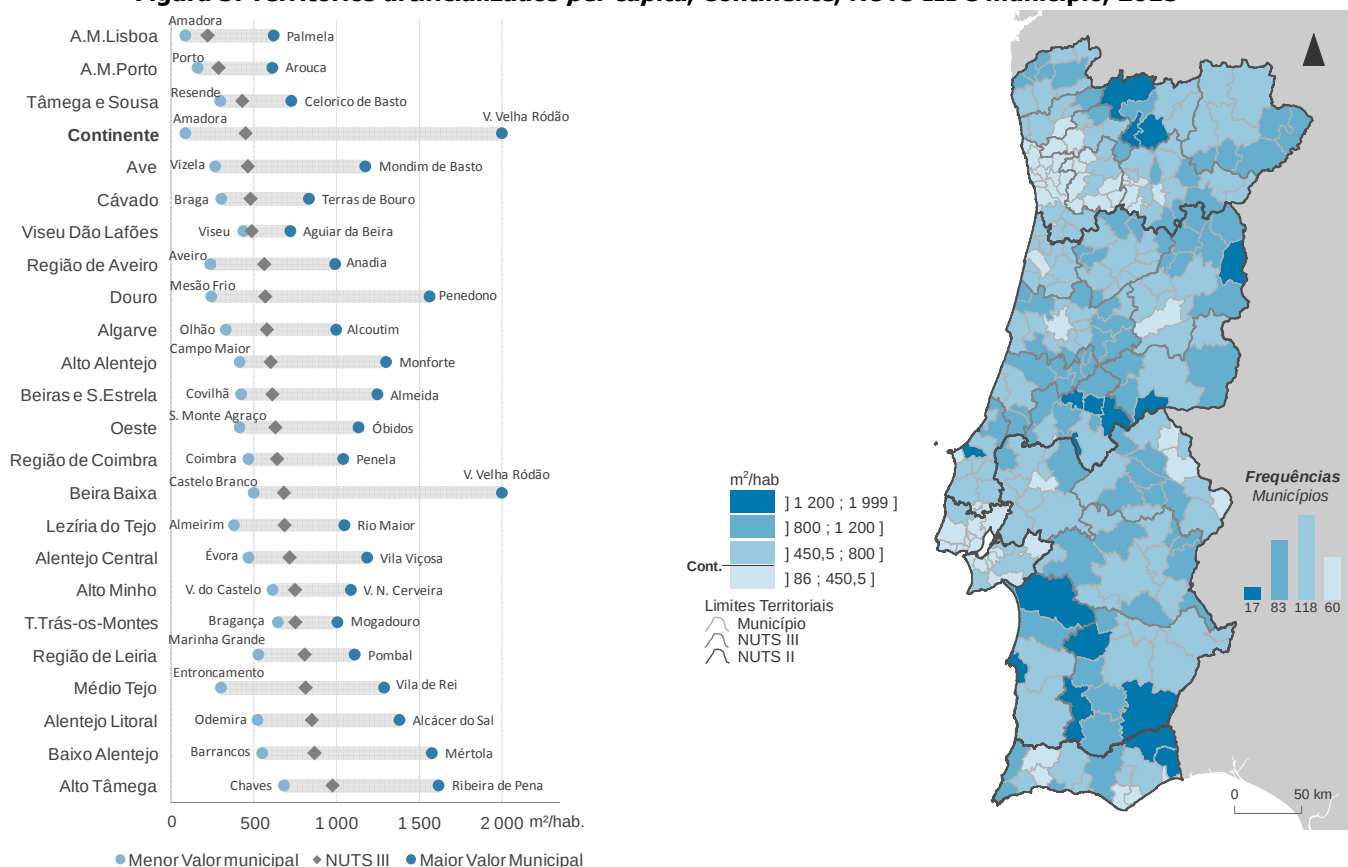
Anuários Estatísticos Regionais - 2017

3/16

Em 2015, as sub-regiões Área Metropolitana de Lisboa (220,8), Área Metropolitana do Porto (286,8) e Tâmega e Sousa (430,8) registaram a menor área de territórios artificializados por habitante, com valores inferiores ao registado no Continente (450,5 m²/hab.).

No período em análise, 60 municípios, maioritariamente das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, apresentaram menos área de territórios artificializados por habitante que a registada no Continente. O município da Amadora registou o menor valor (86,3 m²/hab.), em oposição a Vila Velha de Ródão (1998,6 m²/hab.) que apresentou a maior área artificializada por habitante no Continente.

Figura 3: Territórios artificializados *per capita*, Continente, NUTS III e município, 2015



Fonte: INE/DGT, Estatísticas de Uso e Ocupação do Solo.

POPULAÇÃO

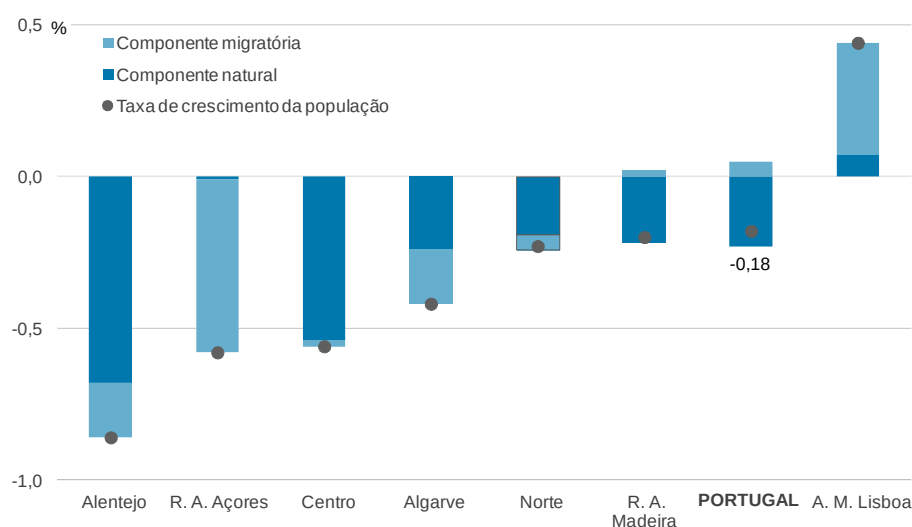
A população residente em Portugal, em 31 de dezembro de 2017, foi estimada em 10 291 027 habitantes, o que representa uma diminuição de -0,18% face ao valor estimado para o ano anterior. Este resultado revelou um abrandamento da diminuição da população face à ocorrida nos seis anos anteriores, mas manteve a tendência negativa que se registou em Portugal desde 2010.

Entre 2016 e 2017, a Área Metropolitana de Lisboa foi a única região NUTS II onde a população aumentou (0,44%). Por outro lado, o Alentejo (-0,86%), a Região Autónoma dos Açores (-0,58%) e o Centro (-0,56%) foram as regiões com maiores decréscimos populacionais.

A diminuição da população residente em Portugal, em 2017, decorreu de uma variação negativa na componente natural (-0,23%) – que assim manteve a tendência negativa evidenciada desde 2009 –, atenuada pelo crescimento na componente migratória (0,05%) – contrariando a tendência negativa verificada desde 2011.

A importância da componente natural para a variação negativa do efetivo populacional foi particularmente relevante nas regiões Alentejo (-0,68%) e Centro (-0,54%), por comparação com a Região Autónoma dos Açores que apresentou a redução por via da componente migratória mais elevada do país (-0,57%). Na Área Metropolitana de Lisboa, única NUTS II que registou aumento populacional, os ganhos resultaram da componente natural (0,07%) e migratória (0,37%).

Figura 4: Taxa de crescimento da população residente e suas componentes, Portugal e NUTS II, 2016/2017



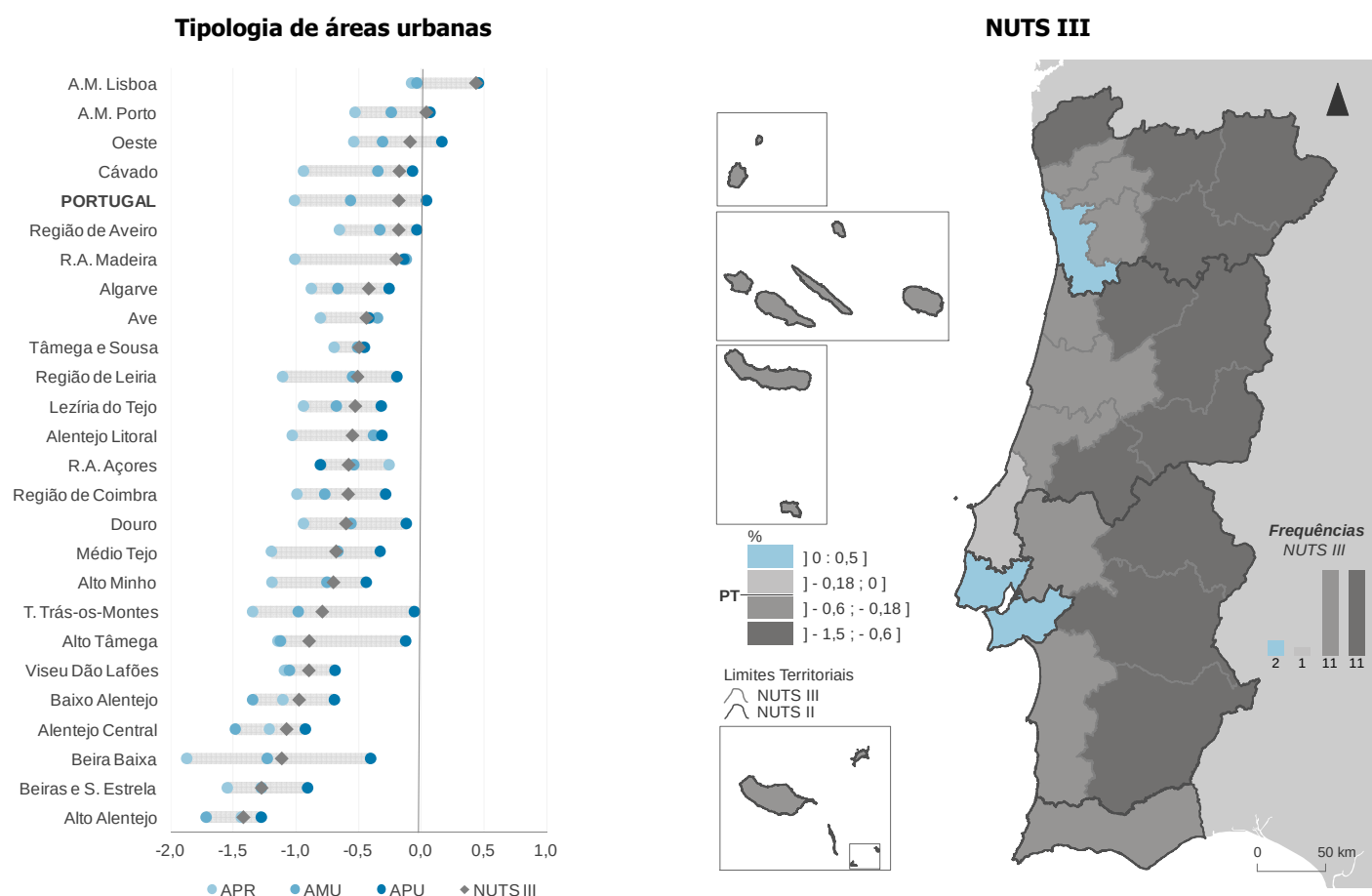
Fonte: INE, Estimativas Provisórias Anuais da População Residente

Ao nível das regiões NUTS III, verificou-se que as duas áreas metropolitanas foram as únicas que apresentaram taxas de crescimento efetivo positivo em 2017: 0,44% na Área Metropolitana de Lisboa e 0,04% na Área Metropolitana do Porto. A sub-região do Oeste (-0,09%) destacou-se também por apresentar uma variação negativa menos intensa do que as restantes sub-regiões.

A diferenciação do crescimento populacional efetivo ocorrido em 2017 segundo a Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos (TIPAU) revela que em Portugal (com um valor médio de -0,18%) a redução da população foi particularmente intensa entre as áreas predominantemente rurais (-1,01%), verificando-se também nas áreas medianamente urbanas (-0,57%), em contraste com um crescimento positivo médio das áreas predominantemente urbanas (0,04%).

Esta diferenciação da dinâmica populacional entre áreas urbanas e rurais, a favor das áreas urbanas, ocorreu na grande maioria das regiões NUTS III, salientando-se, contudo, que o aumento do efetivo populacional em áreas predominantemente urbanas se verificou apenas nos casos das áreas metropolitanas de Lisboa (0,46%) e do Porto (0,07%) e da sub-região Oeste (0,16%).

Figura 5: Taxa de crescimento efetivo da população residente segundo a Tipologia de áreas urbanas, Portugal e NUTS III, 2016/2017



Fonte: INE, Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.

Em 46 dos 308 municípios do país foi estimado um crescimento populacional efetivo (41 em 2016, maioritariamente na faixa litoral do Continente), dos quais 14 da Área Metropolitana de Lisboa e 8 da Área Metropolitana do Porto.

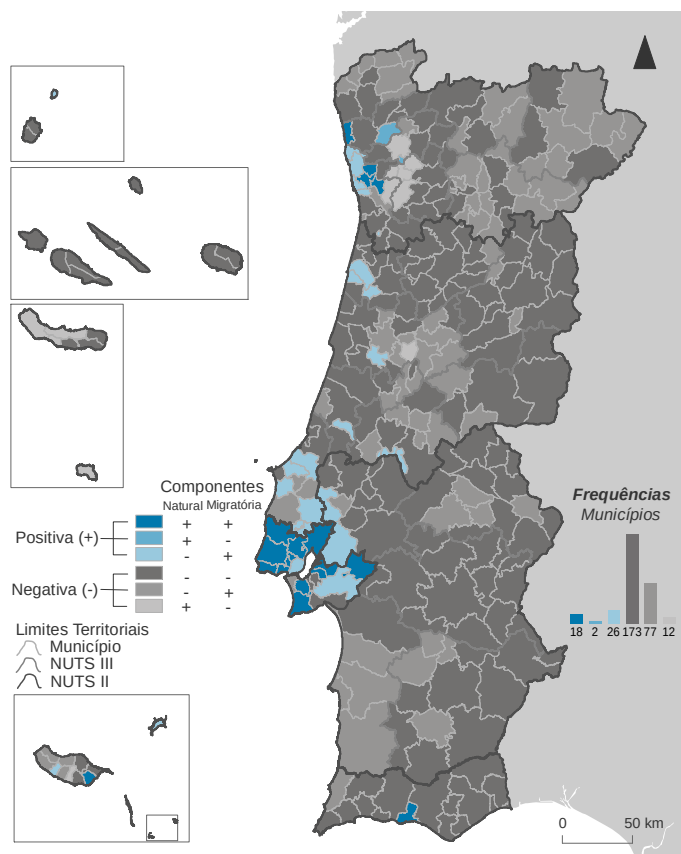
O município de Lisboa consolidou, em 2017, o crescimento efetivo positivo (0,22%) que obtivera no ano anterior (0,10%), e o município do Porto também interrompeu a tendência negativa verificada nas últimas décadas, com um crescimento efetivo de 0,22%, em 2017. Nos dois casos, esta evolução positiva verificou-se por via da componente migratória (0,36% em Lisboa e 0,61% no Porto) e que mais que compensou a dinâmica negativa verificada na componente natural.

Em 18 municípios a evolução positiva da população decorreu de taxas de crescimento natural e migratório simultaneamente positivas: 12 municípios da Área Metropolitana de Lisboa (com o município de Lisboa excluído), 3 municípios da Área Metropolitana do Porto (Maia, Valongo e Trofa), um município da Região Autónoma da Madeira (Santa Cruz), um município do Algarve (Albufeira) e um município do Cávado (Esposende).

Em 26 municípios o crescimento populacional ficou a dever-se exclusivamente a um saldo migratório positivo e apenas dois municípios registaram um aumento exclusivamente através da componente natural – Braga e Vizela.

Deste modo, em 2017, o efetivo populacional diminuiu em 262 municípios, sendo que em 173 municípios ambas as componentes demográficas registaram um saldo negativo.

Figura 6: Decomposição da taxa de crescimento efetivo da população residente, por município, 2016/2017



Fonte: INE, Estimativas Provisórias Anuais da População Residente.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Em 2017, o valor nacional das exportações foi cerca de 55 029 milhões de euros e as importações registaram o valor de 69 489 milhões de euros, o que se traduziu numa taxa de cobertura das importações pelas exportações (rácio percentual entre o valor das exportações e das importações) de 79,2%.

A análise sub-regional das trocas comerciais com o estrangeiro, com base na localização da sede do operador, mostra que, em 2017, 19 das 25 NUTS III do país apresentavam taxas de cobertura acima dos 100%, evidenciando-se um contínuo de sub-regiões com valores mais elevados nas regiões Norte e Alentejo: respetivamente, Tâmega e Sousa (251,72%), Ave (183,34%), Cávado (185,10%); Baixo Alentejo (401,79%), Alentejo Litoral (273,67%) e Alentejo Central (170,92%). Note-se, contudo, que o conjunto destas seis sub-regiões representavam apenas cerca de 19% do valor das exportações nacionais em 2017.

Os operadores de comércio internacional das Área Metropolitana de Lisboa, Região Autónoma dos Açores, Algarve, Douro e Lezíria do Tejo revelaram menor capacidade exportadora face ao valor das importações, o que se traduziu em taxas de cobertura abaixo da média nacional. A Área Metropolitana de Lisboa apresentou o valor mais baixo (46,83%)

no entanto foram os operadores sediados nesta sub-região que mais contribuíam para o valor das exportações nacionais: 16,2 mil milhões de euros o que correspondia a cerca de 29% do total de exportações do país nesse ano.

Figura 7: Contributo regional do valor das exportações, por NUTS III, 2017

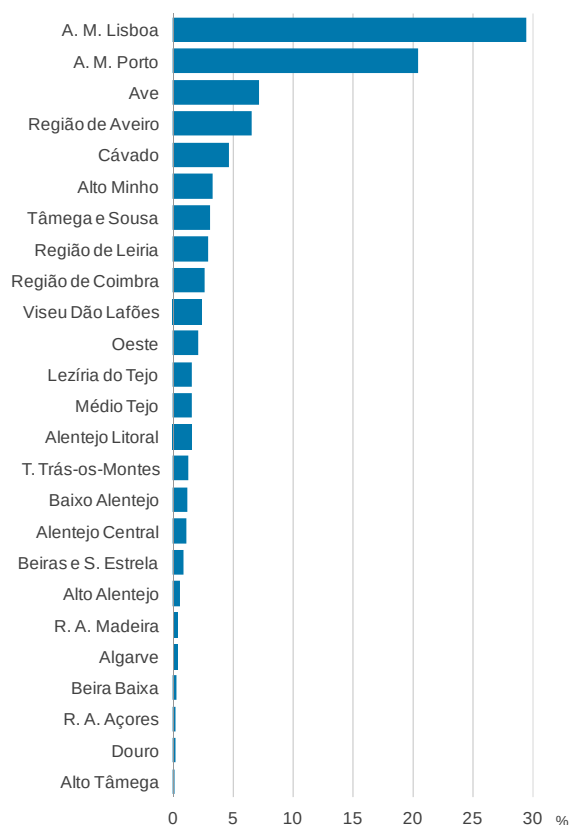
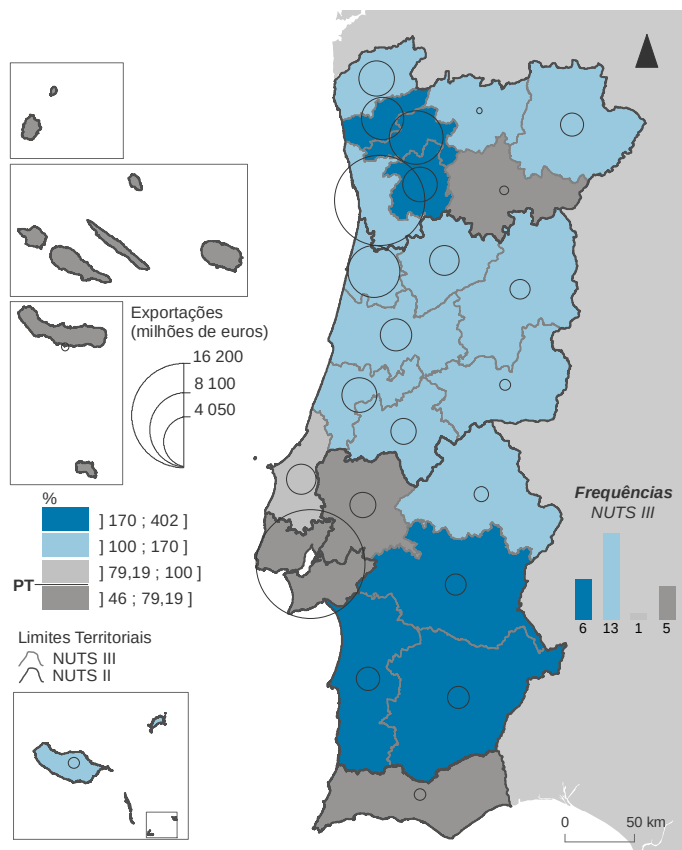


Figura 8: Exportações e taxa de cobertura das importações pelas exportações, por NUTS III, 2017

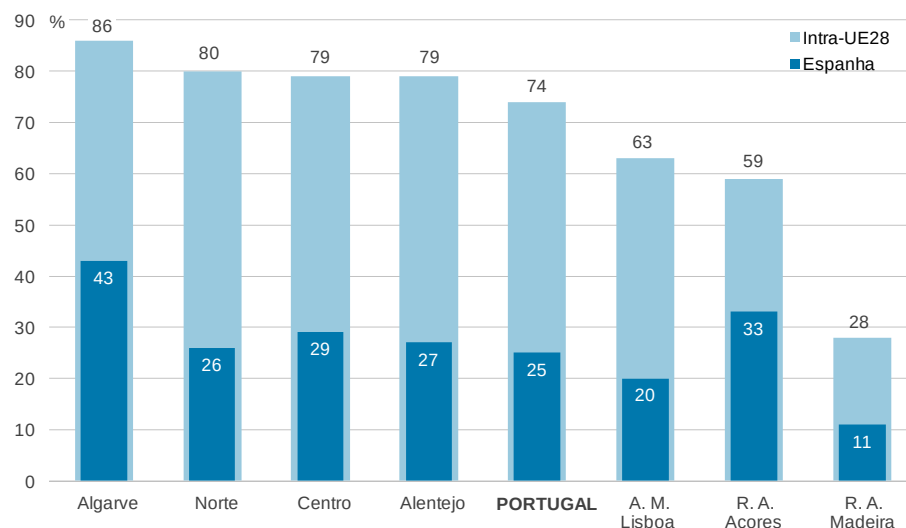


Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens. Nota: Dados provisórios.

Em Portugal, cerca de 74% das exportações destinavam-se a outros países da UE28, verificando-se que um quarto das exportações se destinava a Espanha. Os operadores sediados nas regiões do Algarve, Norte, Alentejo e Centro apresentavam, simultaneamente, uma maior orientação para o mercado intracomunitário (86% no Algarve, 80% no Norte e 79% no Alentejo e no Centro) e também uma proporção de exportações para Espanha acima do valor médio nacional (43%, 26%, 27% e 29%, respetivamente).

Na Região Autónoma da Madeira registou-se a menor proporção de exportações intracomunitárias (28%) e também a menor importância do mercado espanhol (11% das exportações regionais).

Figura 9: Proporção das exportações intra-UE (UE28) e das exportações para Espanha no total das exportações, Portugal e NUTS II, 2017

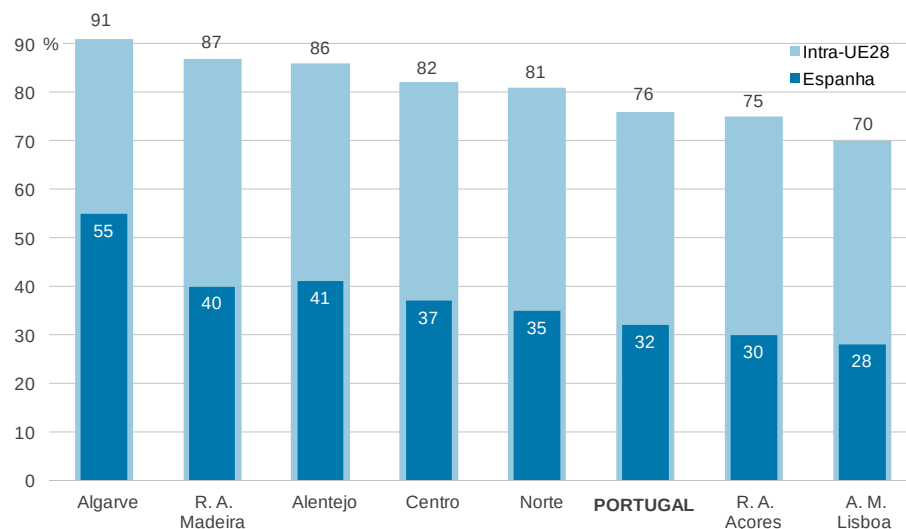


Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens. Nota: Dados provisórios.

A dependência da economia portuguesa face ao mercado intracomunitário era maior no caso das importações do que nas exportações. Ao nível nacional, cerca de 76% das importações eram provenientes dos 28 países da UE e cerca de um terço tinha origem em Espanha.

Mais de 90% das importações registadas por operadores situados no Algarve eram provenientes da União Europeia e, mais de metade (55%) provinham de Espanha. Apenas na Área Metropolitana de Lisboa e na Região Autónoma dos Açores se registou, simultaneamente, uma proporção de importações intra-UE e uma proporção de importações provenientes de Espanha abaixo do valor médio nacional.

Figura 10: Proporção das importações intra-EU (UE28) e das importações provenientes de Espanha no total das importações, Portugal e NUTS II, 2017



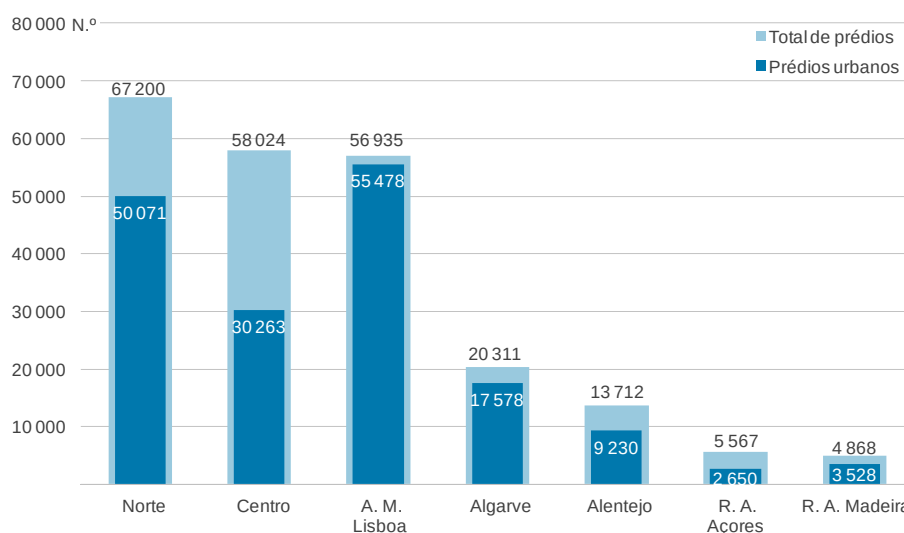
Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Comércio Internacional de Bens. Nota: Dados provisórios.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

Em 2017, foram celebrados em Portugal 226 617 contratos de compra e venda, dos quais cerca de 75% relativos a prédios urbanos. Ao nível regional, o Norte (29,7%) destacou-se por apresentar o maior número de contratos de compra e venda no país, seguida da região Centro (25,6%) e Área Metropolitana de Lisboa (25,1%).

No período em análise, a região Norte (75%), Algarve (87%) e Área Metropolitana de Lisboa (97%) ultrapassaram a proporção de contratos de compra e venda de prédios urbanos verificada no país (74%). Destacou-se também a Região Autónoma dos Açores por registar a menor proporção de contratos de compra e venda de prédios urbanos (48%).

Figura 11: Número de contratos de compra e venda de prédios total e urbanos, por NUTS II, 2017

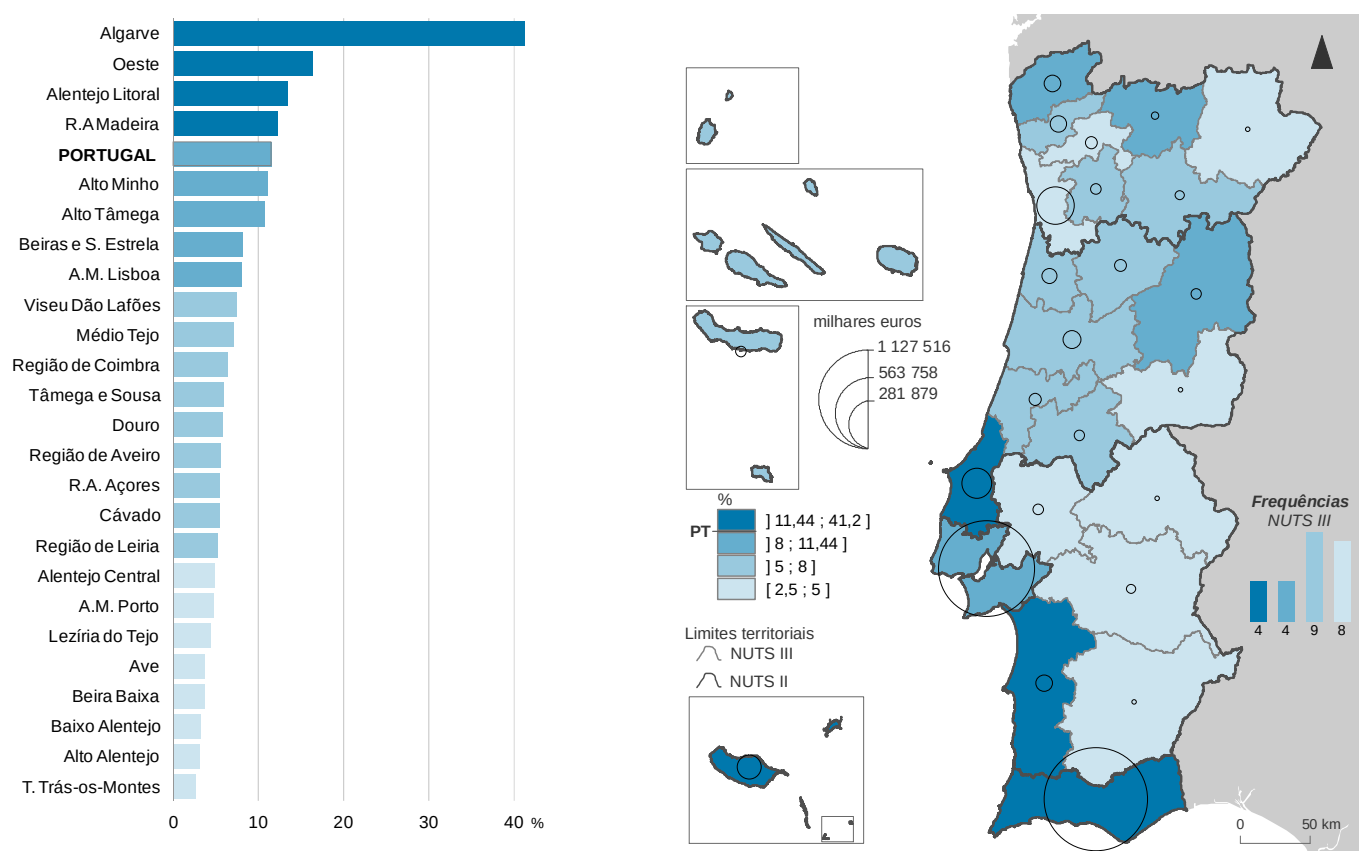


Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça.

Em 2017, a região do Algarve evidenciou-se por apresentar a maior proporção do valor das transações de prédios urbanos celebradas por não residentes (41,2%) em relação ao valor global dos contratos de compra e venda de prédios urbanos. Além do Algarve, também as sub-regiões do Oeste (16,3%), Alentejo Litoral (13,3%) e Região Autónoma da Madeira (12,2%) registaram proporções de valor das transações de prédios urbanos celebradas por não residentes superior ao registado para Portugal (11,44%).

Na Área Metropolitana de Lisboa, apesar de se registar o segundo maior valor absoluto de vendas de prédios urbanos a não residentes (cerca de 957 milhões de euros), a proporção desse valor face ao total das transações em 2017 foi de 8,0%, abaixo do valor médio do país.

Figura 12: Valor e Proporção do valor dos prédios urbanos adquiridos por não residentes, por NUTS III, 2017



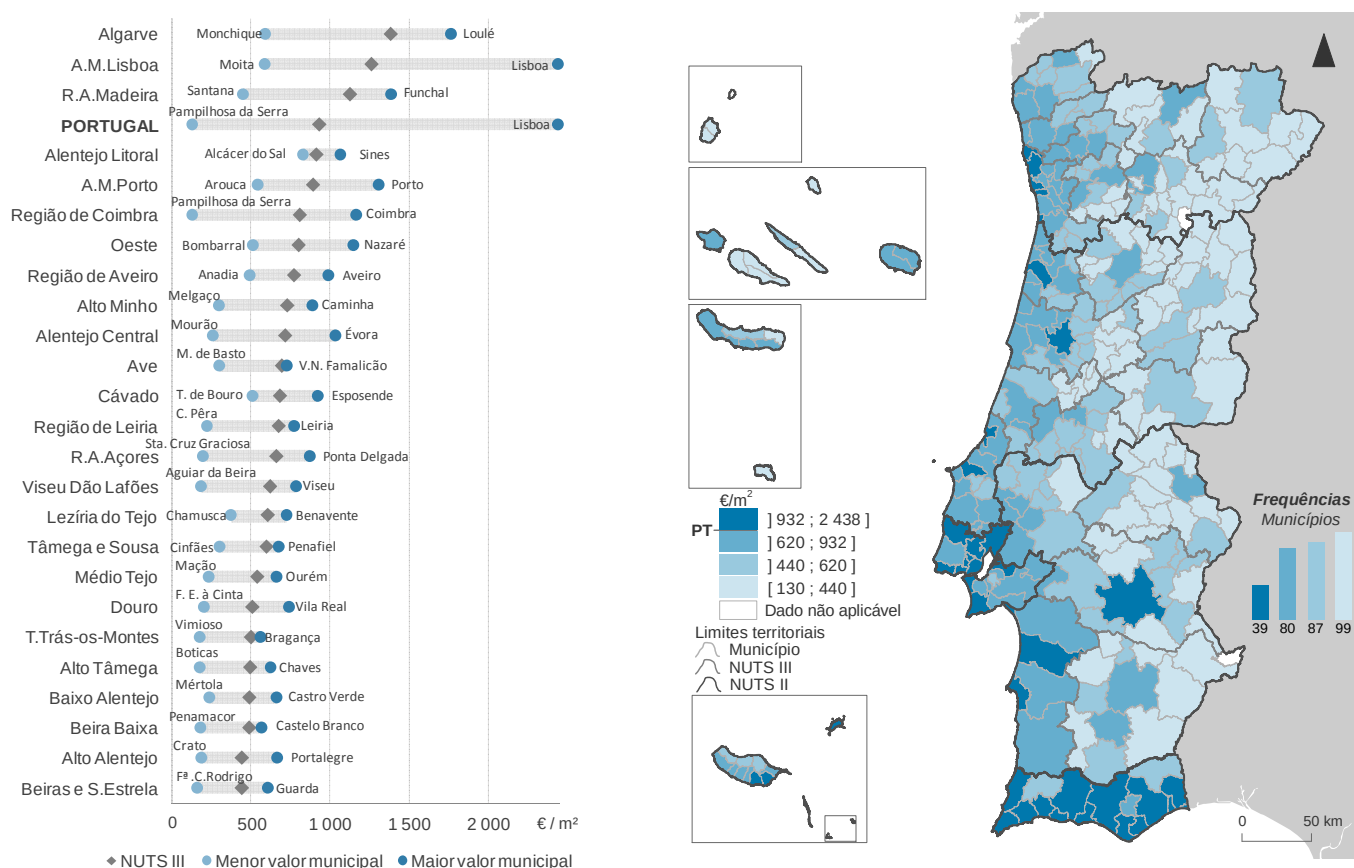
Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça.

No ano de 2017, o valor mediano dos alojamentos familiares em Portugal foi 932 €/m² registando um aumento de 7,6% relativamente ao ano anterior. O preço mediano da habitação situou-se acima do valor nacional na sub-região do Algarve (1 383 €/m²), na Área Metropolitana de Lisboa (1 262 €/m²) e na Região Autónoma da Madeira (1 126 €/m²).

Ao nível do município, 39 apresentaram valores medianos de venda acima do valor nacional, localizados, maioritariamente, nas sub-regiões Algarve (13 municípios), Área Metropolitana de Lisboa (11) e Área Metropolitana do Porto (5). O município de Lisboa (2 438 €/m²) registou o preço mediano de vendas de habitação mais elevado do país e com valores acima de 1 500 €/m² destacaram-se ainda os municípios de Cascais (1 922 €/m²), Loulé (1 763 €/m²), Lagos (1 687 €/m²), Oeiras (1 642 €/m²) e Albufeira (1 572 €/m²).

A Área Metropolitana de Lisboa foi a sub-região que registou a maior amplitude de preços da habitação entre municípios (1 851 €/m²): o menor valor registado foi na Moita (587 €/m²) e o maior em Lisboa (2 438 €/m²). Por outro lado, a NUTS III Alentejo Litoral apresentou a menor diferença de preços entre municípios: 1 065 €/m² em Sines e 829 €/m² em Alcácer do Sal.

Figura 13: Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, Portugal, NUTS III e município, 2017



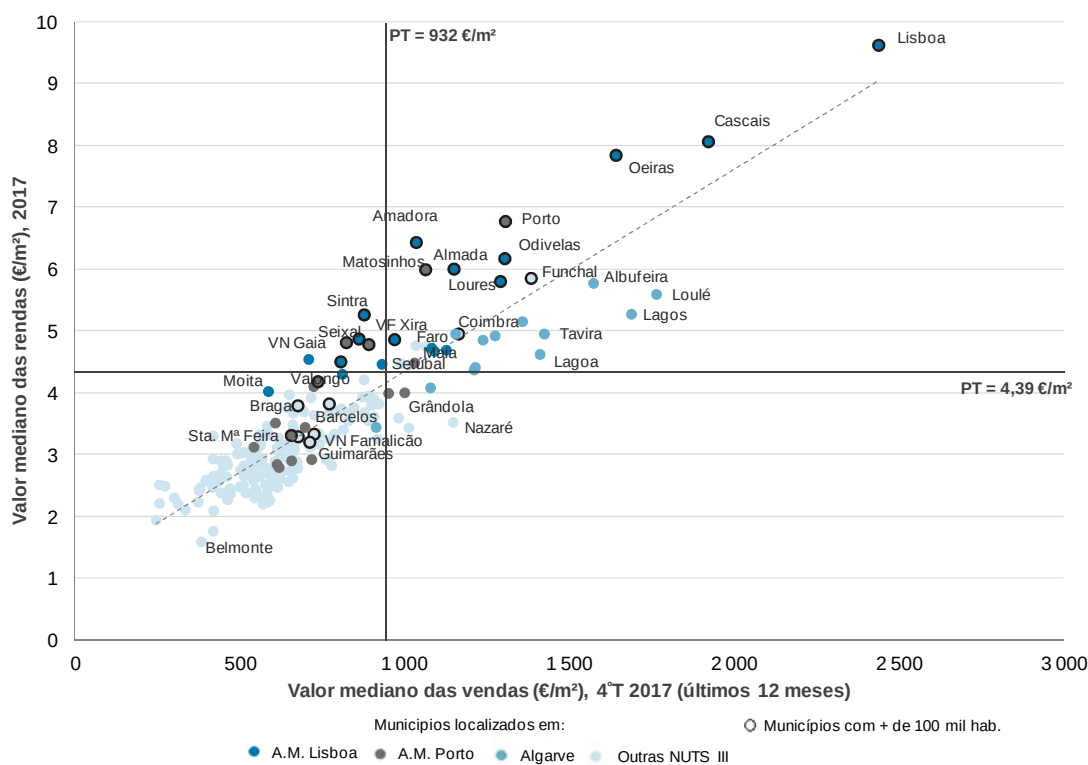
Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local.

Em 2017, o valor mediano das rendas dos novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares em Portugal foi 4,39 €/m². O valor das rendas situou-se acima do valor nacional na Área Metropolitana de Lisboa (6,06 €/m²), Região Autónoma da Madeira (5,15 €/m²), Algarve (5,00 €/m²) e Área Metropolitana do Porto (4,58 €/m²).

No período em análise, 37 municípios apresentaram rendas em novos contratos de arrendamento destinados à habitação acima do valor nacional. O município de Lisboa apresentou o valor mais elevado do país (9,62 €/m²), destacando-se ainda, com valores igual ou superior a 6 €/m², os municípios de Cascais (8,06 €/m²), Oeiras (7,84 €/m²), Porto (6,77 €/m²), Amadora (6,43 €/m²), Odivelas (6,17 €/m²) e Almada (6,00 €/m²).

A relação dos valores medianos por m² dos novos contratos de arrendamento celebrados e do valor mediano por m² das vendas de alojamentos familiares, no ano 2017, demonstrou uma forte associação linear (coeficiente de correlação de 0,9). Tomando essa referência linear, verificou-se uma sobrevalorização dos valores de arrendamento face aos valores dos preços da habitação nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa, na maioria dos municípios da Área Metropolitana do Porto e, de uma forma geral nos municípios com mais de 100 mil habitantes. Contrariamente assinala-se uma subvalorização relativa das rendas na generalidade dos municípios do Algarve.

Figura 14: Valor mediano das rendas por m² de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares e Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares, por município, 2017



Fonte: INE, Estatísticas de preços da habitação ao nível local e Estatísticas de Rendias da Habitação ao nível local.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

A informação provisória proveniente da prestação de contas das câmaras municipais revela que, em 2017, a receita das operações não financeiras das câmaras municipais foi superior à despesa, registando um saldo positivo de cerca de 465 milhões de euros. Nesse ano, 18 das 25 NUTS III do país apresentaram um rácio entre a receita e a despesa superior a 100%, destacando-se a Área Metropolitana de Lisboa (115,2%).

Em 2017, 42,5% da receita de operações não financeiras das câmaras municipais era proveniente de impostos¹ e 25,9% de transferências recebidas do Estado através de fundos municipais. As regiões NUTS II que se destacaram por terem um peso mais significativo dos impostos no total da receita foram a Área Metropolitana de Lisboa (60,2%) e o Algarve (53,6%). Por outro lado, os fundos municipais representaram a maior parcela da receita das operações não financeiras na Região Autónoma dos Açores (53,0%), no Alentejo (46,6%) e no Centro (37,4%).

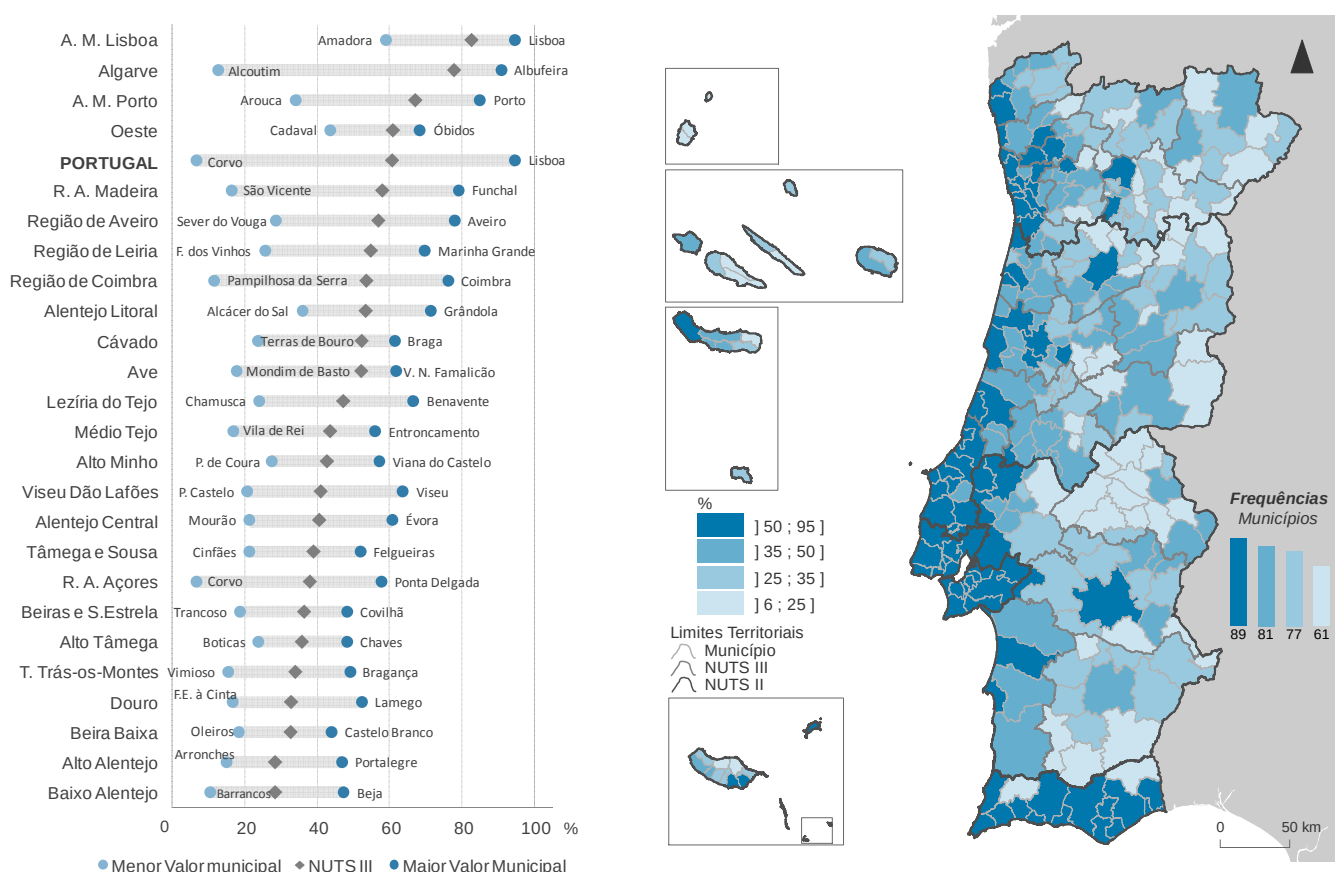
¹ Para o cálculo deste indicador foram considerados os seguintes impostos: Imposto Único de Circulação (IUC), Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI), Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Derrama.

Em 2017, em 89 dos 308 municípios, a receita própria² representava mais de 50% da receita total das operações não financeiras. As câmaras municipais que apresentaram um maior peso da receita própria no total de receita evidenciando, assim, um menor grau de dependência financeira foram Lisboa (94,6%) e Albufeira (90,9%).

A análise por município permite destacar o Litoral do Continente com proporções mais elevadas neste indicador, numa faixa de Caminha a Setúbal, que evidencia também os dois territórios metropolitanos centrados em Lisboa e no Porto, e a maioria dos municípios da região do Algarve. Na Região Autónoma da Madeira destacavam-se, com maior autonomia financeira, as câmaras municipais do Funchal (79,1%), Santa Cruz (72,6%) e Porto Santo (55,2%). Na Região Autónoma dos Açores apenas no município de Ponta Delgada a receita própria representava mais de metade do valor total da receita (57,8%).

O Algarve, a Região de Coimbra e a Região Autónoma da Madeira foram as sub-regiões que, em 2017, apresentaram a maior assimetria entre municípios considerando o peso da receita própria no total de receitas das operações não financeiras das câmaras municipais.

Figura 15: Receita própria no total de receita das câmaras municipais, Portugal, NUTS III e município, 2017



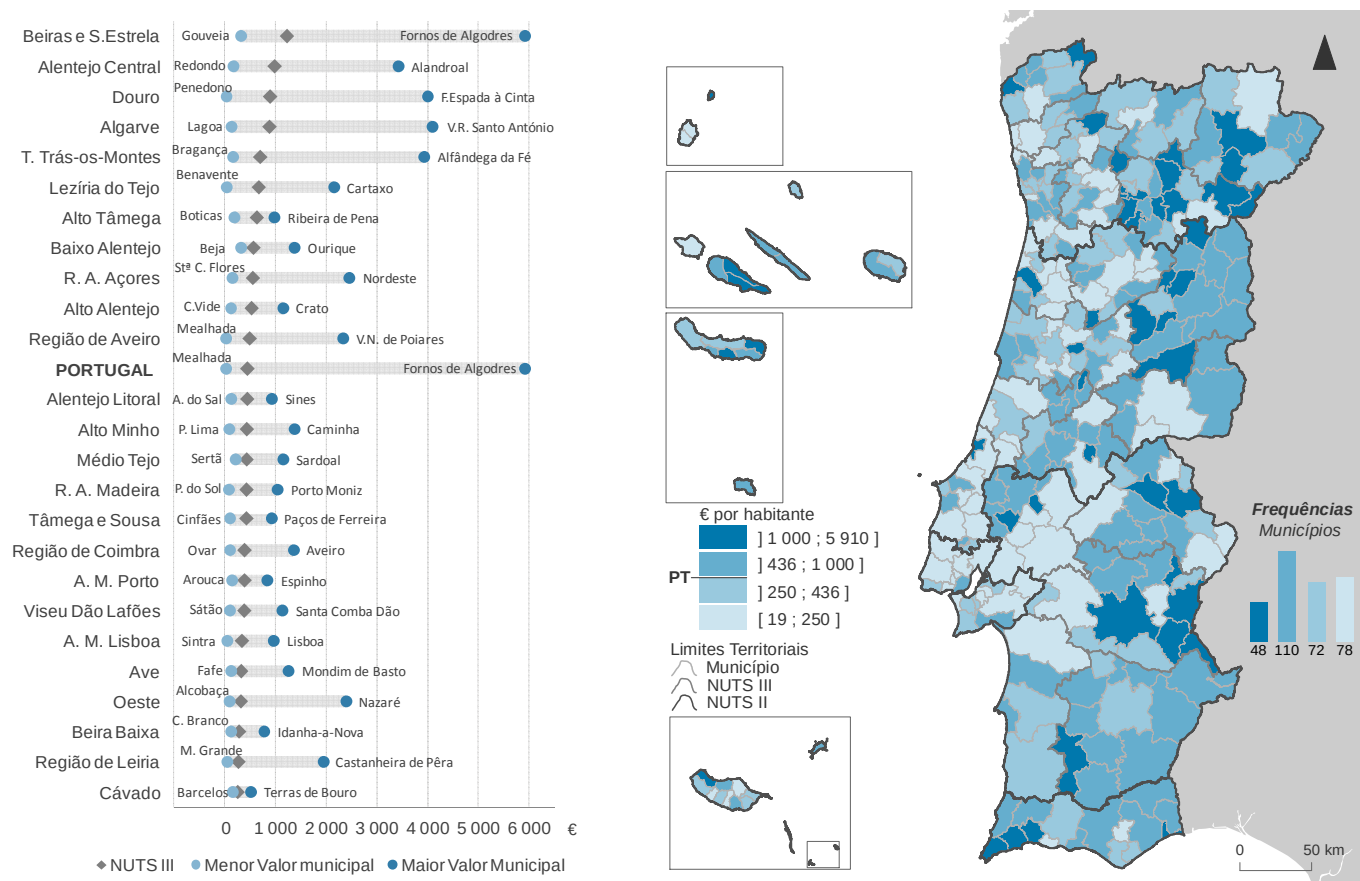
Fonte: DGAL, Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL). Nota: Dados provisórios

² A receita própria engloba a receita proveniente de impostos diretos, impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, rendimentos de propriedade, vendas de bens e serviços correntes, outras receitas correntes, vendas de bens de investimento, ativos financeiros, outras receitas de capital e reposições não abatidas nos pagamentos.

A dívida a terceiros das câmaras municipais, em 2017, foi cerca de 4 491 milhões de euros, o que se traduziu num valor médio de 436 euros por habitante. A análise sub-regional mostra que em 14 das 25 NUTS III a dívida por habitante registou valores inferiores à média nacional, destacando-se, com valores inferiores a 300 euros por habitante, as sub-regiões do Cávado (245 euros por habitante), a Região de Leiria (259) e a Beira Baixa (276). Nas sub-regiões Beiras e Serra da Estrela (1 217), do Alentejo Central (974), e do Douro (885) o valor da dívida por habitante mais do que duplicava o valor médio nacional.

Ao nível municipal, em 158 dos 308 municípios, a dívida por habitante foi superior à média nacional. Os valores mais elevados deste indicador registaram-se maioritariamente em municípios do Interior do Continente. A sub-região Beiras e Serra da Estrela apresentou, em 2017, a maior assimetria entre municípios considerando a dívida por habitante: o menor valor foi no município de Gouveia (312 euros por habitante) e o maior em Fornos de Algodres (5 910 euros por habitante).

Figura 16: Dívida por habitante das câmaras municipais, Portugal, NUTS III e município, 2017



Fonte: DGAL, Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL). Nota: Dados provisórios

>> NOTA TÉCNICA

A informação dos Anuários Estatísticos Regionais é disponibilizada através de sete publicações autónomas correspondentes a cada região NUTS II: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

As publicações disponibilizam mais de 240 quadros, organizados em quatro capítulos – *O Território, A Atividade Económica, As Pessoas e O Estado* – que abrangem 27 subcapítulos relativos às diversas áreas temáticas. No início de cada subcapítulo é apresentado um conjunto de indicadores de síntese para uma comparação mais imediata do posicionamento das diferentes unidades territoriais no contexto dos fenómenos retratados. Os quadros de informação são apresentados em português e inglês, disponibilizando hiperligações para os indicadores da Base de Dados on-line do Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt), permitindo o acesso à série retrospectiva dos dados e a outra informação complementar, incluindo metainformação. Nesta edição, apresenta-se em [Dossiês temáticos – Municípios](#) um conjunto de ficheiros XLSX e CSV que contém a informação integrada dos quadros publicados para as sete regiões.

A edição de 2018 dos Anuários Estatísticos Regionais baseia-se na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS 2013). As NUTS 2013 portuguesas foram estabelecidas pelo Regulamento Europeu n.º 868/2014 e a sua aplicação no Sistema Estatístico Europeu e Nacional iniciou-se a 1 de janeiro de 2015. Para a estruturação da informação de acordo com a intensidade de urbanização adotou-se a Tipologia de áreas urbanas para fins estatísticos de 2014 (TIPAU 2014) que constitui uma classificação tripartida e exaustiva das freguesias do território nacional em três categorias: Área predominantemente urbana (APU), Área mediantemente urbana (AMU) e Área predominantemente rural (APR). A divisão administrativa ao nível do município – unidade de referência para a maioria da informação disponibilizada –, refere-se ao enquadramento decorrente da reforma administrativa (que entrou em vigor a 30 de setembro de 2013), considerando o Código da Divisão Administrativa do Sistema Estatístico Nacional e respetiva delimitação das circunscrições administrativas do País de acordo com a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), produzida pela DGT.

Uma vez que a informação disponibilizada nos Anuários Estatísticos Regionais decorre de um vasto leque de operações estatísticas e fontes administrativas, o período de referência não é homogéneo ao longo de toda a publicação. Contudo, o período de referência dos indicadores apresentados é, na sua maioria, referente ao ano de 2017.

Anuários Estatísticos Regionais 2017

